

SIMULADO ESPECIAL

DPE PB

Assistente Jurídico
Analista Da Defensoria - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **DPE-PB**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/C1oUEnKdY6CR1FbB7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/c61drq

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4sHnRXg

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Texto de base para Questões 1 a 7

A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado e não permitia um desenvolvimento público. A administração não tinha ainda uma elaboração normativa baseadas nos princípios constitucionais próprios que tem hoje, apenas algumas obras e regras esparsas que dariam início aos atuais conceitos de direitos constitucionais e administrativos.

Foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade, para dar mais segurança aos direitos do povo em relações particulares e também nas relações públicas.

A partir da Revolução Francesa é que o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e só nesse momento que se foi começar a delimitar normas que organizariam a Administração Pública, retirando a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa. O direito administrativo amplia a sua atuação para atividades antes efetuadas pelo direito privado, estendendo-se a atividades com objetivo de promover o bem-estar social, como por exemplo, a educação, saúde, cultura.

O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como um ramo autônomo. A inclinação do direito dos três países foi distinta, do direito francês praticamente se originou o direito administrativo porque o estruturou quase completamente, o direito alemão influenciou a elaboração científica do direto administrativo como ciência administrativa e o direito italiano contribuiu para a elaboração sistemática da administração.

A Administração Pública Brasileira se desenvolveu como ciência Administrativa, e esse caminho de crescimento dividem-se temporalmente em três fases distintas, quais sejam: Estado Administrativo (1930-1945), Estado para o desenvolvimento (1946-1964) eEstado Intervencionista (1965-1979).

Adaptado de https://gepam.adm.br/administracao-publica-um-breve-historico/

1. Segundo o texto, a Administração Pública era "ainda embrionária" nos séculos XVIII e XIX porque:

a) o Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado, não permitia um desenvolvimento público.

b) a Administração Pública só começaria a se organizar a partir do século XX, com a Revolução Francesa.

c) não havia interesse do povo em participar das relações públicas do período.

d) as obras e regras esparsas do período já constituíam uma elaboração normativa completa baseada nos princípios constitucionais.

e) o Estado Absolutista incentivava a descentralização do poder e a participação popular na administração.

2. Está inteiramente correta a frase:

a) Fazem-se necessários estudos sobre as três fases da Administração Pública brasileira, dado a influência dos direitos francês, alemão e italiano em sua formação.

b) O estabelecimento do Estado de Direito e a separação dos poderes constitui marcos fundamentais para a formação do Direito Administrativo.

c) O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, que o estruturou quase completamente, e do direito alemão, que influenciou a elaboração científica.

d) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, quando era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que detinham todo o poder centralizado.

e) As atividades de educação, saúde e cultura, antes efetuadas pelo direito privado, passou a ser regidas pelo direito administrativo, que as estendeu ao bem-estar social.

3. No segmento "foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade", a formação do Direito Administrativo é vinculada a:

a) à manutenção do poder centralizado, que garantia unidade normativa à administração.

b) ao estabelecimento do Estado de Direito, à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, com o objetivo de dar mais segurança aos direitos do povo.

c) à abolição do Direito Constitucional, que impedia o desenvolvimento do direito público.

d) à aplicação integral do direito privado às relações jurídicas em que o Estado participa.

e) ao retorno ao Absolutismo, cuja centralização era considerada mais segura para o povo.

4. No que se refere à estrutura do texto, é correto afirmar que:

a) o texto é uma narrativa biográfica que relata a vida dos juristas franceses, alemães e italianos que fundaram o direito administrativo.

b) o texto parte do contexto embrionário da Administração Pública sob o Absolutismo, apresenta o estabelecimento do Estado de Direito e a consolidação pós-Revolução Francesa, destaca as contribuições estrangeiras à formação do direito administrativo brasileiro e conclui com a periodização do desenvolvimento da ciência administrativa no Brasil.

c) o texto estrutura-se como uma crítica à Revolução Francesa, argumentando que ela atrasou o desenvolvimento da Administração Pública.

d) o texto defende que o direito administrativo brasileiro é cópia integral do direito francês, sem contribuições de outras tradições jurídicas.

e) o texto organiza-se como um diálogo entre autores clássicos da Administração Pública, expondo teses contrárias sobre a autonomia do direito administrativo.

5. Considere a seguinte frase do texto: "A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época **era** ainda embrionária devido ao Estado Absolutista."

A respeito do emprego do verbo "era" no singular, é correto afirmar que:

a) está incorreto, pois o sujeito deveria ser "séculos XVIII e XIX", exigindo "eram".

b) está incorreto, pois o sujeito seria "Estado Absolutista", exigindo singular, mas o verbo deveria estar no plural pela enumeração "séculos XVIII e XIX".

c) está correto, pois o verbo "ser" é impessoal e fica sempre na 3ª pessoa do singular.

d) está correto, pois o sujeito de "era" é "A Administração Pública" (núcleo: "Administração", singular), retomado pelo pronome demonstrativo locativo "nessa época" como adjunto adverbial de tempo.

e) está correto, pois o verbo concorda com "época", que é o núcleo do sujeito posposto.

6. De acordo com o texto, considere as seguintes afirmações:

I. A partir da Revolução Francesa, o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e começou a delimitar normas que organizariam a Administração Pública.

II. O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como ramo autônomo.

III. O direito francês influenciou apenas a elaboração científica do direito administrativo como ciência administrativa, sem estruturá-lo.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

7. Está inteiramente correta a frase:

a) A partir da Revolução Francesa, começou-se a retirar a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa, estendendo-se o direito administrativo à atividades de promoção do bem-estar social.

b) O direito administrativo brasileiro deve à direito francês a sua estruturação quase completa, à direito alemão a elaboração científica e à direito italiano a elaboração sistemática.

c) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, período em que ainda era embrionária, a medida que o Estado de Direito se estabelecia com o Princípio da Legalidade.

d) O direito administrativo ampliou sua atuação, estendendo-se à escopos como educação, saúde e cultura, com o objetivo de promover o bem-estar social à população.

e) A formação do Direito Administrativo está vinculada à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, que deram mais segurança aos direitos do povo.

LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA

Rodrigo Bet

8. Em capacitação para os novos analistas da DPE-PB, discutiu-se o regime constitucional da Defensoria Pública, cuja redação atual decorre, em grande parte, da Emenda Constitucional nº 80/2014.

De acordo com a Constituição Federal, são princípios institucionais da Defensoria Pública

a) a unicidade, a impessoalidade e a independência funcional.

b) a legalidade, a impessoalidade e a eficiência.

c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

d) a unidade, a autonomia financeira e a inamovibilidade.

e) a indivisibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.

9. Ao analisar o planejamento de expansão da DPE-PB, a auditoria interna examinou o art. 98 do ADCT, incluído pela EC nº 80/2014.

Segundo esse dispositivo,

a) o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço e à respectiva população.

b) os entes deveriam contar com defensores em todas as unidades jurisdicionais no prazo de 10 anos.

c) durante o prazo de implantação, a lotação priorizaria as regiões de maior arrecadação tributária.

d) o número de defensores deve ser igual ao de magistrados em cada unidade jurisdicional.

e) a obrigação de lotar defensores em todas as unidades jurisdicionais alcança apenas a União.

10. Na elaboração da proposta orçamentária da DPE-PB, surgiu dúvida sobre o alcance da autonomia da instituição.

De acordo com a CF e a LC nº 80/1994, a Defensoria Pública do Estado

a) goza de autonomia financeira plena, sem sujeição aos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

b) encaminha sua proposta orçamentária diretamente ao Poder Legislativo.

c) depende do Tribunal de Justiça para encaminhar sua proposta orçamentária.

d) não pode abrir concurso para os cargos dos serviços auxiliares, atribuição do Poder Executivo.

e) tem autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites da LDO.

11. Encerrado o mandato do Defensor Público-Geral da Paraíba, a instituição organizou a escolha do novo chefe.

Nos termos da LC nº 80/1994, o Defensor Público-Geral do Estado

a) é eleito diretamente pelos membros da carreira, sem participação do Governador.

b) é nomeado pelo Governador dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

c) tem mandato de 4 anos, vedada a recondução.

d) é escolhido livremente pelo Governador entre advogados de notável saber jurídico.

e) depende de aprovação da Assembleia Legislativa para ser nomeado.

12. Em nota técnica sobre a atuação dos membros da DPE-PB, a auditoria interna precisou examinar as funções institucionais e a capacidade postulatória dos defensores.

Segundo a LC nº 80/1994,

a) a capacidade postulatória do Defensor Público depende de inscrição na OAB.

b) a solução extrajudicial dos litígios é vedada à Defensoria, que só atua em juízo.

c) a assistência jurídica integral e gratuita custeada pelo Estado pode ser prestada por advogado dativo, em igualdade com a Defensoria.

d) a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

e) a defesa de grupos vulneráveis limita-se à criança e ao adolescente.

13. Com a LC nº 205/2024, a estrutura da DPE-PB passou a contar com unidade própria de controle interno, à qual se vincula o trabalho do Auditor Interno.

Segundo essa lei, que alterou a LC nº 104/2012, a Controladoria-Geral da Defensoria Pública

a) é órgão da administração superior, ao lado do Conselho Superior.

b) integra a Corregedoria-Geral, como departamento de auditoria.

c) vincula-se ao Tribunal de Contas do Estado, e não ao Defensor Público-Geral.

d) é chefiada por Defensor Público eleito pelos membros da carreira.

e) compreende o Departamento de Auditoria e Controle Interno e o Departamento de Acompanhamento de Licitação, Contratos, Convênios e Compras.

14. Ao acompanhar processo disciplinar instaurado contra servidor do quadro da DPE-PB por infração punível com advertência, o Auditor Interno verificou os prazos aplicáveis.

Nos termos da LC nº 205/2024, a ação disciplinar, nesse caso, prescreve em

a) 2 anos.

b) 5 anos.

c) 180 dias.

d) 120 dias.

e) 1 ano.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

Tiago Zanolla

15. A independência funcional assegurada aos defensores públicos determina

a) a adoção irrestrita de testes jurídicas

b) que os Defensores Públicos ficam vinculados aos pronunciamentos de membro anterior.

c) que os Defensores podem substituir-se uns aos outros.

d) ao defensor adotar a estratégia de defesa que entender mais adequada em benefício do assistido, sem que isso importe em nulidade.

e) que a independência funcional se confunda com a autonomia funcional, protegendo a consciência profissional contra ingerências externas.

16. É objetivo da Defensoria Pública do Estado, exceto:

a) promoção da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

b) afirmação do Estado Democrático de Direito.

c) a orientação jurídica e o exercício da defesa de toda a população.

d) garantia da efetividade dos direitos humanos;

e) garantia da efetividade dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do acesso à ordem jurídica justa e do devido processo legal.

17. São princípios institucionais da Defensoria Pública:

a) ampla defesa, inamovibilidade e a unidade.

b) unidade, autonomia funcional e a indivisibilidade.

c) unidade, indivisibilidade e a independência funcional.

d) defesa dos hipossuficientes, a unidade e a ampla defesa.

e) irredutibilidade dos vencimentos, inamovibilidade e a independência administrativa.

18. De acordo com a organização da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta.

a) O PROCON-DPE/PB integra os órgãos de atuação, juntamente com os Núcleos Regionais e Especializados.

b) A Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral integram os órgãos auxiliares da Defensoria Pública.

c) Os Defensores Públicos do Estado da Paraíba e o PROCON-DPE/PB integram os órgãos de execução.

d) A Coordenadoria Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos Defensores Públicos (CAEP) integra os órgãos de administração superior, sendo seu Coordenador remunerado com indenização de Atividade Cumulativa de 30% de seu subsídio mensal.

e) A Escola Superior da Defensoria Pública e os Núcleos Especializados integram os órgãos auxiliares da instituição.

19. Durante uma reunião institucional, um Defensor Público afirmou que a atuação da Defensoria Pública deve observar princípios institucionais próprios, destinados a assegurar a continuidade, a organização e a independência de suas atividades.

Considerando os princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

a) A unidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional constituem os princípios institucionais da Defensoria Pública.

b) A independência funcional assegura aos Defensores Públicos autonomia no exercício de suas atribuições, afastando a necessidade de observância das normas legais.

c) A indivisibilidade impede a substituição de um Defensor Público por outro durante o andamento de um processo, garantindo a continuidade da atuação pessoal do membro originalmente designado.

d) A unidade significa que os membros da Defensoria Pública integram uma mesma instituição, enquanto a indivisibilidade permite a substituição de seus membros, sem prejuízo da continuidade da atuação institucional.

e) A independência funcional impede a existência de órgãos de administração superior e afasta qualquer forma de organização administrativa da Defensoria Pública.

20. De acordo com a organização a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação dos órgãos da instituição.

a) Conselho Superior, órgão de execução; Corregedoria-Geral, órgão auxiliar.

b) Núcleos Especializados, órgãos de atuação; PROCON-DPE/PB, órgão de execução.

c) Ouvidoria-Geral, órgão de administração superior; Defensores Públicos, órgãos de atuação.

d) Escola Superior, órgão de atuação; Núcleos Regionais, órgãos auxiliares.

e) Subdefensorias Públicas-Gerais, órgãos auxiliares; CAEP, órgão de administração superior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

21. Mariana adquiriu uma televisão em uma loja de eletrodomésticos para uso doméstico. Dez dias após a compra, o aparelho passou a desligar espontaneamente, sendo entregue à assistência técnica autorizada. Decorridos trinta dias, o vício permaneceu sem solução. Não houve convenção para alteração do prazo de reparo. Ao procurar a loja e solicitar a devolução do valor pago, Mariana foi informada de que somente o fabricante poderia responder pelo problema e de que deveria aguardar mais quinze dias.

Nessa situação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Mariana

a) deverá exigir a restituição exclusivamente do fabricante, pois a identificação deste afasta a responsabilidade da loja pelos vícios de qualidade do aparelho.

b) poderá exigir da loja o abatimento do preço, mas a restituição dependerá da demonstração de que o reparo do aparelho é tecnicamente impossível.

c) deverá conceder o prazo adicional solicitado, pois a assistência técnica pode prorrogar unilateralmente o período de reparo, desde que não ultrapasse cento e oitenta dias.

d) poderá exigir da loja a devolução do valor pago, com atualização monetária, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, diante da responsabilidade solidária dos fornecedores.

e) poderá exigir a substituição do aparelho, cabendo ao fornecedor escolher entre a entrega de outro produto e a devolução do valor pago.

22. Quanto ao ônus da prova nas relações de consumo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar

a) A inversão em favor do consumidor decorre automaticamente da existência da relação de consumo, dispensando a avaliação judicial dos requisitos legais.

b) A inversão em favor do consumidor pode ser determinada pelo juiz quando houver verossimilhança da alegação ou hipossuficiência, segundo as regras ordinárias de experiência.

c) A inversão em favor do consumidor exige a demonstração cumulativa da verossimilhança da alegação e da hipossuficiência, ainda que a produção da prova seja especialmente difícil.

d) A prova da veracidade da informação publicitária compete ao consumidor que a impugna, salvo quando o juiz reconhecer sua hipossuficiência e determinar a inversão.

e) A prova da correção da publicidade incumbe ao patrocinador somente após decisão judicial que reconheça a verossimilhança da alegação do consumidor.

23. Clara comprou uma cafeteira pela internet. No quinto dia após o recebimento, comunicou à loja que desejava desistir da compra, embora o produto estivesse em perfeito funcionamento. A loja condicionou o cancelamento ao pagamento das despesas de devolução, conforme cláusula expressa do contrato.

À luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do STJ, Clara

a) poderá desistir da compra e obter a restituição dos valores pagos, monetariamente atualizados, sem suportar as despesas de devolução do produto.

b) poderá desistir da compra, mas deverá pagar as despesas de devolução, pois a cláusula expressa permite transferir esse encargo à consumidora.

c) somente poderá desistir da compra se demonstrar vício no produto ou divergência entre suas características e aquelas informadas na publicidade.

d) poderá desistir da compra, cabendo à loja escolher entre restituir o preço e conceder crédito equivalente para aquisição de outro produto.

e) somente poderá obter a restituição se tiver comunicado a desistência em até sete dias da compra, pois o recebimento não interfere na contagem desse prazo.

24. Quanto aos elementos da relação de consumo e à equiparação a consumidor, o Código de Defesa do Consumidor estabelece que

a) A pessoa jurídica pode ser considerada consumidora quando destinatária final, desde que não possua finalidade lucrativa nem desenvolva atividade econômica.

b) Os entes despersonalizados estão excluídos do conceito de fornecedor, ainda que desenvolvam habitualmente atividades de produção ou comercialização de produtos.

c) O conceito de produto compreende os bens materiais, móveis ou imóveis, enquanto os bens imateriais recebem proteção exclusivamente pelas normas relativas aos serviços.

d) As atividades bancárias, financeiras e de crédito integram o conceito de serviço, mas as atividades securitárias são excluídas por estarem submetidas à legislação específica.

e) As vítimas de acidente de consumo equiparam-se a consumidores para fins de responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, mesmo sem participação direta na contratação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

25. De acordo com a Constituição Federal, pode impetrar mandado de segurança coletivo:

a) partido político com representação na Assembleia Legislativa

b) qualquer pessoa prejudicada em seu direito líquido e certo

c) associação, desde que o direito violado afete a totalidade dos seus membros

d) entidade de classe, desde que de âmbito nacional

e) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano

26. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça

b) Procurador-Geral da República

c) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

d) Defensor Público-Geral Federal

e) Presidente da Câmara dos Deputados

27. Acerca das competências federativas, julgue os itens a seguir:

I – Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, direito civil e direito do trabalho.

II – É competência concorrente da União, dos Estados, do DF e dos Municípios legislar sobre direito penitenciário.

III – No âmbito da legislação concorrente, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

IV – É competência comum de todos os entes federativos cuidar da saúde.

Estão corretos, apenas:

a) III e IV

b) I e II

c) I, III e IV

d) II e IV

e) I, II e III

28. Sobre as funções essenciais à Justiça, conforme a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas

b) Os regimes remuneratórios da Magistratura e do Ministério Público são equiparados

c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra

d) O valor recebido a título de honorários sucumbenciais pela Defensoria Pública deve ser destinado ao aparelhamento das Defensorias Públicas ou rateado entre os membros da instituição

e) a advocacia é indispensável à administração da Justiça

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

29. Renato, dirigente de uma autarquia estadual, autorizou o pagamento, com recursos da entidade, de passagens aéreas, hospedagem e refeições referentes à viagem particular realizada por uma pessoa com quem mantinha relacionamento afetivo, embora a viagem não possuísse qualquer relação com as atividades institucionais da autarquia.

Posteriormente, ao ser questionado por setor de controle, Renato sustentou que a conduta poderia ser socialmente censurável, mas não seria juridicamente inválida, pois nenhuma norma interna mencionava expressamente aquela situação específica. Acrescentou que o princípio da moralidade seria mera orientação ética, incapaz de produzir efeitos jurídicos autônomos se o ato não contrariasse literalmente uma regra legal.

Considerando o conteúdo e os efeitos jurídicos do princípio da moralidade administrativa, assinale a alternativa **correta**.

a) A argumentação de Renato é correta, pois a moralidade administrativa representa apenas recomendação ética de caráter subjetivo, dependendo sempre da violação simultânea e expressa de uma regra legal para produzir a invalidação do ato.

b) A conduta deve ser analisada exclusivamente sob a perspectiva da moral comum, porque a moralidade administrativa e a moral social possuem conteúdo idêntico e não existe distinção jurídica relevante entre os dois conceitos.

c) A moralidade administrativa exige que agentes públicos e particulares que se relacionem com a Administração atuem com honestidade, boa-fé, lealdade e respeito aos padrões objetivos de conduta ética, de modo que a utilização de recursos públicos para finalidade privada pode comprometer juridicamente o ato e submetê-lo à invalidação.

d) O princípio da moralidade aplica-se apenas aos servidores efetivos e não alcança dirigentes de autarquias, ocupantes de cargos em comissão, agentes políticos ou particulares que mantenham relação jurídica com o Poder Público.

e) Ainda que configurada ofensa à moralidade administrativa, o ato não poderá ser anulado pela própria Administração nem pelo Poder Judiciário, pois a moralidade somente produz consequências disciplinares pessoais contra o agente responsável

30. O Município Delta aprovou lei disciplinando de forma geral o funcionamento de determinada atividade comercial e estabelecendo obrigações específicas aos proprietários dos estabelecimentos. Para viabilizar a aplicação uniforme da norma, o Prefeito Eduardo editou decreto regulamentar detalhando procedimentos, documentos e providências administrativas necessários à sua execução.

Entretanto, no mesmo decreto, instituiu nova obrigação aos comerciantes, acompanhada de restrição que não estava prevista direta ou indiretamente na lei aprovada pela Câmara Municipal. Ao ser questionado pela assessoria jurídica, Eduardo afirmou que o poder regulamentar conferiria ao Chefe do Executivo competência para complementar livremente a legislação e criar obrigações novas sempre que entendesse que a inovação facilitaria o atendimento do interesse público.

Considerando o poder regulamentar, a natureza do decreto regulamentar e seus limites em relação à lei, assinale a alternativa **correta**.

a) A atuação do Prefeito é válida, pois o poder regulamentar permite ao Chefe do Executivo inovar na ordem jurídica e estabelecer obrigações não previstas em lei sempre que tais medidas forem consideradas necessárias à adequada execução da política pública.

b) O decreto regulamentar possui a mesma natureza jurídica da lei, situando-se no mesmo nível hierárquico e podendo modificar, ampliar ou afastar disposições legislativas sempre que a autoridade administrativa identificar necessidade de atualização.

c) Caso a lei seja omissa em relação a determinado aspecto da matéria, o decreto regulamentar poderá substituir integralmente a atuação legislativa e disciplinar originariamente o tema, desde que a medida seja necessária à satisfação do interesse público.

d) O poder regulamentar é exercido indistintamente por qualquer autoridade administrativa, de modo que secretários, dirigentes de autarquias e chefes de departamentos podem editar decretos regulamentares com o mesmo alcance jurídico conferido ao Chefe do Executivo.

e) O Prefeito pode utilizar o decreto regulamentar para explicar, detalhar e permitir a fiel execução da lei, mas não pode criar, por esse instrumento, obrigações ou restrições que não encontrem fundamento na legislação regulamentada

31. Camila, agente da vigilância sanitária do Município Gama, realizou fiscalização no restaurante pertencente a Roberto e constatou que grande quantidade de alimentos com prazo de validade expirado estava sendo oferecida aos consumidores, além de verificar condições inadequadas de armazenamento capazes de representar risco concreto à saúde pública.

No exercício das competências atribuídas ao órgão, Camila determinou a apreensão dos produtos impróprios, adotou providências para impedir sua comercialização e iniciou o procedimento administrativo destinado à aplicação das sanções cabíveis.

Roberto sustentou que a Administração não poderia interferir no exercício de sua atividade econômica, restringir o uso de seus bens ou impor medidas independentemente de sua concordância.

Considerando o conceito, as formas de atuação e os atributos do poder de polícia, assinale a alternativa **correta**.

a) A fiscalização realizada por Camila não constitui exercício do poder de polícia administrativa, pois esse poder incide exclusivamente sobre pessoas e está relacionado principalmente à apuração de crimes e contravenções penais.

b) O poder de polícia permite à Administração limitar e condicionar direitos, atividades e o uso de bens particulares em benefício da coletividade, podendo manifestar-se preventivamente ou repressivamente e apresentando, em regra, discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade como atributos.

c) A discricionariedade constitui elemento indispensável de todo ato praticado no exercício do poder de polícia, de forma que não pode existir atividade policial administrativa de natureza vinculada.

d) A Administração somente poderá executar medidas decorrentes do poder de polícia depois de obter autorização judicial, pois a autoexecutoriedade não integra os atributos reconhecidos à atividade administrativa de fiscalização.

e) O poder de polícia somente se manifesta repressivamente, após a prática da infração administrativa, sendo incompatível com licenças, autorizações e outras medidas destinadas a impedir preventivamente a ocorrência de prejuízos ao interesse coletivo

32. O Estado Delta pretende instituir empresa estatal para explorar determinada atividade econômica considerada de relevante interesse coletivo. O planejamento prevê que todo o capital da futura entidade será integralizado exclusivamente pelo próprio Estado e por outras entidades estatais, sem qualquer participação de pessoas físicas ou jurídicas privadas.

Pretende-se constituí-la sob a forma de sociedade limitada, submetê-la predominantemente ao Direito Privado e contratar seus empregados pelo regime da CLT, mediante prévia aprovação em concurso público. Um assessor, contudo, afirmou que toda empresa pública deve assumir obrigatoriamente a forma de sociedade anônima, possuir participação de capital privado e adquirir personalidade jurídica imediatamente com a publicação da lei autorizadora.

Considerando as características das empresas públicas, assinale a alternativa **correta**.

a) A empresa pública possui personalidade jurídica de Direito Privado, capital exclusivamente estatal e pode assumir qualquer forma jurídica admitida em lei; sua instituição depende de autorização por lei específica e sua existência jurídica inicia-se com o registro do respectivo ato constitutivo.

b) A empresa pública possui personalidade jurídica de Direito Público e, por essa razão, seus trabalhadores ocupam necessariamente cargos públicos submetidos a regime estatutário e adquirem estabilidade após o cumprimento dos requisitos constitucionais.

c) O assessor está correto, pois a empresa pública somente pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima, deve possuir capital formado pelo Poder Público e por particulares e é criada diretamente pela lei específica que disciplina sua instituição.

d) O ingresso de outra entidade da Administração Indireta na composição do capital descaracteriza a empresa pública, pois a totalidade das ações ou quotas deve pertencer diretamente ao ente político que autorizou sua instituição.

e) A submissão predominante ao Direito Privado dispensa a empresa pública da realização de concurso público para contratação de empregados e da observância das normas específicas de licitação aplicáveis às empresas estatais

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

33. Após sofrer um derrame, Paulo foi encaminhado a um hospital particular. Antes de dar entrada do setor de emergência, foi questionado pela recepção se ele possuía plano de saúde. Ante a negativa, exigiu-se o pagamento antecipado do valor de R$ 200 mil, cifra bastante superior ao valor médio cobrado para esse tipo de procedimento. Considerando-se que sua vida estava em jogo, Paulo assinou uma promissória no referido do montante exigido.

Com relação à situação acima descrita, pode-se afirmar que o negócio jurídico é:

a) Anulável, por estado de perigo.

b) Nulo, por coação.

c) Nulo, por ilicitude do objeto.

d) Ineficaz, por lesão.

e) Válido, sendo possível pleitear reparação por enriquecimento sem causa.

34. Com relação à obrigação de dar, assinale a alternativa correta.

a) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, caso não tenham sido expressamente mencionados.

b) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, com acréscimo de perdas e danos.

c) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais não poderá, todavia, exigir aumento no preço.

d) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, o credor poderá exigir que seja prestado o valor a ela equivalente.

e) Tratando-se de obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

35. Marcelo constitui usufruto vitalício sobre um imóvel a ele pertencente em favor de Cláudia, mãe de Aline. Caso Cláudia venha a falecer, é correto afirmar que o usufruto:

a) Transfere-se a Aline, que poderá continuar o seu exercício pelo prazo de 10 anos.

b) Transfere-se a Aline, que poderá continuar o seu exercício também vitaliciamente.

c) Será automaticamente extinto, consolidando-se a propriedade plena em favor de Marcelo.

d) Será extinto mediante decisão judicial, caso Aline deixe de arcar com as despesas de conservação.

e) Será extinto mediante decisão administrativa, caso Aline deixe de arcar com os tributos relativos ao bem.

36. Acerca da filiação, assinale a alternativa correta.

a) O reconhecimento de filhos se faz por escritura pública, sendo incabível o instrumento particular.

b) O reconhecimento dos filhos não pode ser posterior ao seu falecimento.

c) O reconhecimento não pode ser revogado, salvo se feito em testamento

d) É possível a aposição de termo ao ato de reconhecimento do filho.

e) O filho menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Pedro foi recentemente empossado Analista da Defensoria na DPE-PB, e lotado em uma unidade com atribuição cível, com a finalidade de assessorar o Defensor atuante na localidade. Antes de entrar em exercício, resolveu revisar o tema da defensoria no Código de Processo Civil. Ao estudar os assuntos, Pedro concluiu corretamente que:

a) O membro da Defensoria Pública será civil e objetivamente responsável pelos atos cometidos no exercício de suas funções.

b) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o interesse público exigir.

c) A Defensoria Pública, por petição, pode requerer a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas.

d) A curatela especial pode ser exercida tanto pela Defensoria Pública quanto pelo Ministério Público.

e) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Defensoria Pública devem ser adiantadas pelo Estado.

38. De acordo com o Código de Processo Civil, no cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia,

a) a prisão civil do alimentante pode ser decretada por débito que compreenda até as 6 (seis) prestações anteriores ao ajuizamento da execução.

b) a prisão do executado será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

c) o cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas.

d) o desconto do débito objeto da execução diretamente em folha, somado à parcela devida, não pode ultrapassar trinta por cento dos ganhos líquidos do executado.

e) é admissível a prisão do executado ainda que o exequente opte pelo cumprimento da sentença pelo rito da penhora.

39. Carlos ajuizou execução contra Pedro. Pedro, o executado, é representado nos autos pela Defensoria Pública. Após a penhora de um imóvel de Pedro, Carlos requereu que o bem lhe fosse adjudicado e ofereceu preço igual ao da avaliação. Nessa situação, de acordo com o Código de Processo Civil, Pedro será intimado do pedido

a) pelo Diário da Justiça, na pessoa do defensor público.

b) pessoalmente, por oficial de justiça.

c) por meio eletrônico, na pessoa do defensor público.

d) por carta com aviso de recebimento.

e) somente se o preço oferecido for inferior ao da avaliação.

40. De acordo com o Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça

a) é assegurada apenas à pessoa natural brasileira com insuficiência de recursos.

b) estende-se automaticamente ao litisconsorte e ao sucessor do beneficiário.

c) afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

d) é impugnável por apelação, quando indeferida por decisão interlocutória.

e) pode ser requerida em recurso, caso em que o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

41. À luz dos princípios penais previstos na Constituição Federal e no Código Penal, é correto afirmar:

a) A medida provisória pode criar tipos penais incriminadores, desde que posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional.

b) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

c) O princípio da culpabilidade admite a responsabilidade penal objetiva nos crimes de perigo abstrato.

d) Em razão do princípio da intranscendência, a pena de multa pode ser executada contra os herdeiros do condenado até o limite do patrimônio transferido.

e) Os costumes podem criar tipos penais incriminadores quando a prática for reiterada e reconhecida como obrigatória pela sociedade.

42. Sobre a aplicação da lei penal, nos termos do Código Penal, é correto afirmar:

a) Considera-se praticado o crime no momento em que se produz o resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

b) Considera-se praticado o crime exclusivamente no lugar em que se produziu o resultado.

c) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, e contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

d) Computam-se, nas penas privativas de liberdade, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de real.

e) A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, deixa de ser aplicada aos fatos praticados durante sua vigência.

43. Nos termos do Código Penal, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem

a) presenciou o fato e tinha condições físicas de agir, independentemente de qualquer vínculo com a vítima.

b) seja parente da vítima até o terceiro grau, em linha reta ou colateral.

c) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, ainda que não tenha possibilidade física de agir.

d) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

e) ocupe cargo público, em qualquer hipótese, em relação a todos os resultados lesivos de que tome conhecimento.

44. João foi atacado por Pedro com uma faca. Ele conseguiu desarmar o agressor e imobilizá-lo no chão. Já com Pedro imobilizado e sem oferecer qualquer resistência, João, tomado de raiva, desferiu-lhe diversos golpes na cabeça com a própria faca, causando sua morte. Assistido pela Defensoria Pública, João teve sua situação analisada pelo Assistente Jurídico. É correto afirmar:

a) João agiu integralmente em legítima defesa, pois a agressão inicial de Pedro justifica toda a reação subsequente, e o fato é lícito.

b) João agiu em estado de necessidade, pois estava em perigo atual que não provocou por sua vontade.

c) João agiu inicialmente em legítima defesa. Cessada a agressão, porém, os golpes posteriores configuram excesso doloso, pelo qual responde, nos termos do Código Penal.

d) A legítima defesa de João estaria amparada pelo parágrafo único do art. 25 do Código Penal, que considera em legítima defesa qualquer pessoa que repele agressão a vítima mantida refém.

e) Pedro não poderia invocar legítima defesa contra os golpes excessivos de João, pois foi ele quem deu causa à situação de agressão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

45. Marcos, primário e sem antecedentes, foi investigado em inquérito policial pela suposta prática de furto qualificado pelo concurso de duas ou mais pessoas (art. 155, §4º, IV, do CP), sem violência ou grave ameaça. Na fase policial, assistido por advogado, Marcos permaneceu em silêncio. Ao receber os autos, o Ministério Público deixou de propor acordo de não persecução penal, sob o único fundamento de que o investigado não confessou o crime durante o inquérito, e ofereceu denúncia. Antes do recebimento da denúncia, o Defensor Público de Marcos peticionou ao juízo, manifestando o interesse do assistido em celebrar o acordo.

Considerando o art. 28-A do Código de Processo Penal e a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1303, assinale a alternativa correta.

a) A recusa é válida, pois a confissão formal e circunstanciada na fase de inquérito policial é requisito indispensável para o cabimento do acordo de não persecução penal.

b) O acordo é incabível, pois o art. 28-A do CPP somente o admite para infrações penais cuja pena mínima seja inferior a um ano.

c) A negativa fundada exclusivamente na ausência de confissão no inquérito é inválida, pois a confissão não é exigência prévia, podendo ser formalizada na assinatura do acordo, perante o Ministério Público e com assistência da defesa técnica, e o investigado pode requerer a remessa dos autos a órgão superior do Ministério Público.

d) Diante da recusa, o juiz deve propor e homologar o acordo de ofício, dispensada a participação do Ministério Público, por se tratar de direito subjetivo do investigado.

e) A confissão, para fins do acordo, somente é válida se prestada perante o juiz, em audiência, sendo vedada sua formalização perante o Ministério Público.

46. Em ação penal pública por crime de roubo, que segue o rito ordinário, o juiz iniciou a audiência de instrução e julgamento interrogando o acusado Pedro, antes da oitiva das testemunhas de acusação e de defesa. A Defensora Pública presente registrou em ata seu protesto contra a ordem dos atos em audiência. No interrogatório, Pedro respondeu apenas às perguntas formuladas por sua defensora e permaneceu em silêncio quanto às perguntas do juiz e do Ministério Público. Na sentença condenatória, o juiz afirmou que o silêncio parcial do réu reforçava a conclusão de sua culpa.

Nessa situação, a Defensoria Pública, ao recorrer, deve sustentar corretamente que

a) o interrogatório no início da audiência é válido, pois o art. 400 do CPP admite que o juiz defina livremente a ordem dos atos, sem prejuízo da defesa.

b) o silêncio parcial é inadmissível, pois, ao responder a qualquer pergunta, o acusado renuncia ao direito ao silêncio quanto às demais, podendo o juiz valorar a recusa.

c) o silêncio do acusado pode ser valorado pelo juiz, desde que analisado em conjunto com as demais provas dos autos.

d) a regra que impõe o interrogatório como último ato da instrução se aplica apenas ao rito ordinário, permanecendo o interrogatório como primeiro ato nos ritos previstos em leis especiais.

e) o interrogatório deve ser o último ato da instrução, regra aplicável a todos os ritos, e o silêncio, inclusive o parcial, não pode ser interpretado em prejuízo do acusado.

47. Joel, de 24 anos, primário, com residência fixa e emprego formal, foi preso em flagrante pela suposta prática de roubo majorado pelo concurso de pessoas. Na audiência de custódia, o Ministério Público requereu a conversão da prisão em flagrante em preventiva, e o juiz acolheu o pedido, fundamentando sua decisão exclusivamente na gravidade em abstrato do delito de roubo, por ser crime de pena elevada, e no clamor público, para a garantia da ordem pública. A decisão não indicou nenhum fato concreto relativo ao modo de execução do crime ou a Joel, nem examinou a suficiência de medidas cautelares diversas da prisão.

Nesse caso, é correto afirmar que a decisão do Juiz está

a) correta, pois a gravidade em abstrato do crime de roubo, por si só, constitui fundamento idôneo para a garantia da ordem pública.

b) errada, pois a gravidade em abstrato do delito não justifica a prisão preventiva, sendo necessário demonstrar, com elementos concretos e contemporâneos, o perigo gerado pelo estado de liberdade do acusado, bem como a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

c) correta, pois o clamor público é fundamento autônomo e suficiente para a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP.

d) correta, pois, na audiência de custódia, o juiz pode converter o flagrante em preventiva a qualquer tempo, ainda que sem requerimento, bastando a existência de prova do crime e indício de autoria.

e) correta, mas a prisão preventiva deve ser revista apenas quando houver pedido do réu, pois o art. 316, parágrafo único, do CPP não impõe ao Juiz que proceda, de ofício, à revisão periódica da necessidade da custódia cautelar.

48. Lucas foi pronunciado pela prática de feminicídio (art. 121-A do CP) contra sua ex-companheira e levado a julgamento pelo Tribunal do Júri. Durante os debates, a defesa técnica sustentou que Lucas teria agido em legítima defesa da honra, por ter sido traído. Na réplica, o Promotor de Justiça disse aos jurados que o réu, ao permanecer calado em plenário, demonstrava não ter o que dizer em sua defesa, o que seria indicativo de culpa, e acrescentou que o juiz, ao pronunciar o acusado, já havia reconhecido sua culpa. Lucas, ao final, foi condenado.

Sobre as teses sustentadas em plenário do júri, assinale a alternativa correta.

a) Apenas a conduta do Promotor foi vedada, pois a defesa pode sustentar a legítima defesa da honra, que constitui tese de clemência admitida em plenário.

b) É lícito ao Promotor comentar o silêncio do acusado em plenário, pois ele integra a prova dos autos, sendo vedada apenas a referência à decisão de pronúncia.

c) O CPP veda que a defesa sustente teses de clemência, sendo nulo o quesito absolutório genérico previsto no art. 483, III, do CPP.

d) A tese da legítima defesa da honra é inconstitucional e não pode ser sustentada em plenário, sob pena de nulidade, e o CPP veda, sob pena de nulidade, a referência ao silêncio do acusado em seu prejuízo e à decisão de pronúncia como argumento de autoridade.

e) Nenhuma das condutas gera nulidade, pois, no plenário do júri, vigora a plena liberdade de argumentação das partes, em razão da plenitude de defesa, do sigilo das votações e da íntima convicção dos jurados.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

49. A crítica pós-colonial e a sociologia das ausências apontam que o discurso dos direitos humanos pode ser instrumentalizado geopoliticamente como retórica de legitimação de intervenções imperialistas. Como alternativa à polarização excludente entre o universalismo hegemônico ocidental e o relativismo cultural defensivo, Boaventura de Sousa Santos propõe a hermenêutica diatópica, que se fundamenta:

a) Na imposição transnacional dos valores liberais europeus a todos os povos periféricos.

b) No reconhecimento da incompletude mútua de cada cultura por meio do diálogo intercultural.

c) Na prevalência absoluta dos costumes tradicionais locais sobre quaisquer tratados internacionais.

d) Na autorização irrestrita de intervenções armadas unilaterais motivadas por razões humanitárias.

e) Na supremacia epistêmica dos direitos individuais civis em detrimento dos direitos coletivos.

50. No que concerne à incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao direito brasileiro, à sua hierarquia perante a Constituição Federal e à doutrina do controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta:

a) O controle de convencionalidade difuso é de atribuição privativa e exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

b) Os tratados aprovados pelo rito ordinário revogam formalmente o texto das emendas constitucionais.

c) A supralegalidade confere aos tratados de direitos humanos posição acima das leis e subordinada à Constituição.

d) O controle de convencionalidade exercido pelo juiz interno dispensa o parâmetro da jurisprudência da Corte IDH.

e) Os tratados de direitos humanos anteriores à EC nº 45/2004 assumiram automaticamente status constitucional.

51. A evolução dogmática do princípio da igualdade material consagrou a distinção entre as modalidades de discriminação e a legitimidade das medidas de reparação compensatória. A respeito da discriminação direta, indireta e das ações afirmativas, assinale a alternativa correta:

a) A discriminação indireta ocorre quando uma medida formalmente neutra gera impacto adverso desproporcional sobre determinado grupo.

b) As ações afirmativas constituem privilégios vitalícios que violam a isonomia material consagrada na ordem constitucional.

c) A comprovação da discriminação indireta exige a demonstração inequívoca de dolo de prejudicar por parte do agente formulador da norma.

d) A discriminação direta decorre unicamente de omissões involuntárias em processos burocráticos do setor privado.

e) As medidas de ação afirmativa aplicam-se restritivamente ao acesso de candidatos a cargos eletivos no Poder Legislativo.

52. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD) e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º, da CF/88 (Decreto nº 6.949/2009), trouxeram inovações substanciais à ordem jurídica brasileira. Sobre esse marco normativo, assinale a alternativa correta:

a) O Protocolo Facultativo estabelece mecanismo de envio de comunicações individuais perante o comitê internacional especializado.

b) A CDPD adotou o modelo puramente médico, definindo a deficiência exclusivamente por impedimentos biológicos corporais.

c) O instrumento internacional foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de lei ordinária federal.

d) A Convenção estabelece a presunção legal de incapacidade civil absoluta para todos os adultos com deficiência intelectual.

e) O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui poder sancionador de execução forçada das suas decisões.

53. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ("Protocolo de San Salvador") consagra a tutela progressiva dos direitos dessa natureza. No que se refere ao mecanismo de peticionamento individual contencioso perante o Sistema Interamericano (Comissão e Corte IDH), assinale a alternativa correta:

a) Admite o acionamento judicial direto para qualquer direito econômico, social e cultural previsto no texto do tratado.

b) Veda peremptoriamente a apresentação de petições individuais perante os órgãos de fiscalização do sistema.

c) Restringe o cabimento de petições individuais às violações dos direitos à educação e às liberdades sindicais.

d) Prevê que as cláusulas de direitos sociais têm aplicabilidade imediata e absoluta, vedando reservas de cumprimento progressivo.

e) Exige autorização formal e prévia do Poder Executivo nacional para que o cidadão protocole petição individual perante a CIDH.

54. As 100 Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade e as resoluções da Organização dos Estados Americanos (OEA) estabelecem diretrizes cruciais para a democratização da tutela jurisdicional. A respeito dessas normativas e do papel institucional da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

a) As 100 Regras de Brasília determinam a restrição do atendimento judiciário prioritário a pessoas que comprovem miséria extrema absoluta.

b) As resoluções da OEA recomendam aos Estados a garantia de independência e autonomia funcional e orçamentária às Defensorias Públicas.

c) O conceito de vulnerabilidade adotado nas Regras de Brasília exclui a condição de migração ou pertença a minorias étnicas.

d) A mediação e os meios alternativos de resolução de conflitos são integralmente vedados para pessoas em situação de vulnerabilidade.

e) A assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes perante os sistemas de justiça deve ficar a cargo exclusivo de advogados dativos voluntários.

NOÇÕES DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER E DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Lilian Novakoski

55. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), acerca da medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.

a) A internação deve ser aplicada por prazo determinado de, no máximo, dois anos, sem possibilidade de reavaliação.

b) A internação não comporta prazo determinado, mas deve ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses, e não pode exceder três anos.

c) A internação pode ser aplicada pelo prazo de cinco anos quando se tratar de ato infracional equiparado a crime hediondo.

d) A liberação compulsória do adolescente ocorre somente quando ele completar dezoito anos.

e) A internação é aplicável apenas em caso de reincidência, sendo vedada a aplicação em ato infracional cometido com grave ameaça.

56. A Lei nº 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Quanto aos princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

a) A execução deve priorizar a privação de liberdade, sendo a medida em meio aberto medida subsidiária.

b) A execução deve priorizar práticas ético-pedagógicas restaurativas e soluções autocompositivas, além de observar o princípio da excepcionalidade.

c) A execução da internação pode ocorrer em estabelecimento prisional comum, desde que separado dos presos adultos.

d) O princípio da individualização é incompatível com a aplicação de medidas em meio aberto.

e) A remição da medida socioeducativa não é admitida no âmbito do SINASE.

57. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 14.344/2022, determina que intervirá nas situações de violência contra a criança e o adolescente com a finalidade de, entre outras:

I - prevenir os atos de violência contra a criança e o adolescente;

II - fazer cessar a violência quando esta ocorrer;

III - prevenir a reiteração da violência já ocorrida;

IV - promover o atendimento da criança e do adolescente para maximizar as sequelas da violência sofrida.

Estão corretas as assertivas:

a) I e II

b) II e III

c) I, II e III

d)II, III e IV

e)I, III e IV

58. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

a) A pessoa com deficiência intelectual é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

b) A curatela é a regra para todas as pessoas com deficiência, por ser a forma mais protetiva de tutela.

c) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, sendo necessária sua interdição total para a prática de atos patrimoniais.

d) A pessoa com deficiência só pode exercer direitos civis mediante a assistência de um curador nomeado judicialmente.

e) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, e a curatela, quando necessária, é medida extraordinária e proporcional.

59. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

a) A violência patrimonial e a violência moral estão entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

b) A concessão de medidas protetivas de urgência depende de prévia instauração de inquérito policial ou de ação penal.

c) É vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária como resposta à violência doméstica.

d) Entre as medidas protetivas de urgência, pode o juiz determinar o afastamento do lar do agressor.

e) O descumprimento de medida protetiva de urgência constitui crime, com pena de detenção.

60. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta quanto ao acolhimento institucional e ao acolhimento familiar.

a) O acolhimento institucional e o familiar são medidas de caráter definitivo, somente aplicáveis após a destituição do poder familiar.

b) O acolhimento é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

c) O acolhimento institucional pode ser determinado pela autoridade policial, sem necessidade de comunicação à autoridade judiciária.

d) O prazo de permanência em acolhimento não pode ser reavaliado, devendo a criança permanecer até completar dezoito anos.

e) O acolhimento é restrito às crianças de até seis anos de idade, sendo vedado para adolescentes.

REDAÇÃO

Texto I

“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua)

Texto II

“O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos.” (Adaptado de relatório da Relatora Especial da ONU sobre moradia adequada)

Texto III

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Constituição Federal de 1988)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CIDADANIA: DA INVISIBILIDADE SOCIAL À GARANTIA DE DIREITOS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0